

CONCURSO PÚBLICO PARA
PROVIMENTO DO CARGO DE**PROCURADOR JURÍDICO****LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto abaixo transcrito e, em seguida, responda às questões a ele referentes:

É ético fazer a cabeça de nossos alunos?

Alguns dos livros de história mais usados nas escolas brasileiras carregam na ideologia, que divide o mundo entre os capitalistas malvados e os heróis da resistência

As aulas voltaram, por estas semanas, e decidi tirar a limpo uma velha questão: há ou não doutrinação ideológica em nossos livros didáticos? Para responder à pergunta, analisei alguns dos livros de história e sociologia mais adotados no país. Entre os dez livros que analisei, não encontrei, infelizmente, nenhum "pluralista" ou particularmente cuidadoso ao tratar de temas de natureza política ou econômica.

O viés político surge no recorte dos fatos, na seleção das imagens, nas indicações de leituras, de filmes e de *links* culturais. A coisa toda opera à moda *Star wars*: o lado negro da força é a "globalização neoliberal". O lado bom é a "resistência" do Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, e dos "movimentos sociais". No Brasil contemporâneo, Fernando Henrique Cardoso é Darth Vader, Lula é Luke Skywalker.

No livro *Estudos de história*, da Editora FTD, por exemplo, nossos alunos aprenderão que Fernando Henrique era neoliberal (apesar de "tentar negar") e seguiu a cartilha de Collor de Melo; e que os "resultados dessas políticas foram desastrosos". Em sua época, havia "denúncias de subornos, favorecimentos e corrupção" por todos os lados, mas "pouco se investigou".

Nossos adolescentes saberão que "as privatizações produziram desemprego" e que o país assistia ao aumento da violência urbana e da concentração de renda e à "diminuição dos investimentos". E que, de quebra, o MST pressionava pela reforma agrária, "sem sucesso".

Na página seguinte, a luz. Ilustrado com o decalque vermelho da campanha "Lula Rede Brasil Popular", o texto ensina que, em 2002, "pela primeira vez" no país, alguém que "não era da elite" é eleito presidente. E que, "graças à política social do governo Lula", 20 milhões de pessoas saíram da miséria. Isso tudo fez a economia crescer e "telefones celulares, eletrodomésticos sofisticados e computadores passaram a fazer parte do cotidiano de milhões de pessoas, que antes estavam à margem desse perfil de consumo".

Na leitura seguinte, do livro *História geral e do Brasil*, da Editora Scipione, o quadro era o mesmo. O PSDB é um partido "supostamente ético e ideológico" e

os anos de Fernando Henrique são o cão da peste. Foram tempos de desemprego crescente, de "compromissos com as finanças internacionais", em que "o crime organizado expandiu-se em torno do tráfico de drogas, convertendo-se em poder paralelo nas favelas".

Com o governo Lula, tudo muda, ainda que com alguns senões. Numa curiosa aula de economia, os autores tentam explicar por que a "expansão econômica" foi "limitada": pela adoção de uma "política amigável aos interesses estrangeiros, simbolizada pela liberdade ao capital especulativo"; pela "manutenção, até 2005, dos acordos com o FMI" e dos "pagamentos da dívida externa".

O livro *História conecte*, da Editora Saraiva, segue o mesmo roteiro. O governo Fernando Henrique é "neoliberal". Privatizou "a maioria das empresas estatais" e os US\$ 30 bilhões arrecadados "não foram investidos em saúde e educação, mas em lucros aos investidores e especuladores, com altas taxas de juros". A frase mais curiosa vem no final: em seu segundo mandato, Fernando Henrique não fez "nenhuma reforma" nem tomou "nenhuma medida importante". Imaginei o presidente deitado em uma rede, enquanto o país aprovava a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), o fator previdenciário (1999) ou o Bolsa Escola (2001).

No livro *História para o ensino médio*, da Atual Editora, é curioso o tratamento dado ao "mensalão". Nossos alunos saberão apenas que houve "denúncias de corrupção" contra o governo Lula, incluindo-se um caso conhecido como mensalão, "amplamente explorado pela imprensa liberal de oposição ao petismo".

Sobre a América Latina, nossos alunos aprenderão que o Paraguai foi excluído do Mercosul em 2012, por causa do "golpe de Estado", que tirou do poder Fernando Hugo. Saberão que, com a eleição de Hugo Chávez, a Venezuela torna-se o "centro de contestação à política de globalização da economia liderada pelos Estados Unidos". Que "a classe média e as elites conservadoras" não aceitaram as transformações produzidas pelo chavismo, mas que o comandante "conseguiu se consolidar". Sobre a situação econômica da Venezuela, alguma informação? Algum dado crítico para dar uma equilibrada e permitir aos alunos que formem uma opinião? Nada.

Curioso é o tratamento dado às ditaduras da América Latina. Para os casos da Argentina, Uruguai e Chile, um capítulo (merecido) mostrando os horrores do autoritarismo e seus heróis: extratos de *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano; as mães da Praça de Maio, na Argentina; o músico Víctor Jara, executado pelo regime de Pinochet. Tudo perfeito.

Quando, porém, se trata de Cuba, a conversa é inteiramente diferente. A única ditadura que aparece é a

de Fulgêncio Batista. Em vez de filmes como *Antes do anoitecer*, sobre a repressão ao escritor homossexual Reynaldo Arenas, nossos estudantes são orientados a assistir a *Diários de Motocicleta*, *Che* e *Personal Che*.

As restrições do castrismo à "liberdade de pensamento" surgem como "contradições" da revolução. Alguma palavra sobre os balseiros cubanos? Alguma fotografia, sugestão de filme ou link cultural? Alguma coisa sobre o paredón cubano? Alguma coisa sobre Yoane Sánchez ou as Damas de Branco? Zero. Nossos estudantes não terão essas informações para produzir seu próprio juízo. É precisamente isso que se chama ideologização.

A doutrinação torna-se ainda mais aguda quando passamos para os manuais de sociologia. Em plena era das sociedades de rede, da revolução maker, da explosão dos *coworkings* e da economia colaborativa, nossos jovens aprendem uma rudimentar visão binária de mundo, feita de capitalistas malvados *versus* heróis da "resistência". Em vez de encarar o século XXI e suas incríveis perspectivas, são conduzidos de volta à Manchester do século XIX.

Superar esse problema não é uma tarefa trivial. Há um "mercado" de produtores de livros didáticos bem estabelecido no país, agindo sob a inércia de nossas editoras e a passividade de pais, professores e autoridades de educação. Sob o argumento malandro de que "tudo é ideologia", essas pessoas prejudicam o desenvolvimento do espírito crítico de nossos alunos. E com isso fazem muito mal à educação brasileira.

Artigo escrito pelo filósofo Fernando L. Schüler. Revista *Época*. Edição de 07 de março de 2016. Número 925

1. Considerado na sua totalidade, qual é o tema central do texto?

- a A visão binária de ver o mundo é positiva no processo educacional
- b A doutrinação é um procedimento relevante ao processo educacional.
- c A abordagem temática da disciplina História precisa ser revista.
- d A abordagem temática da disciplina Sociologia precisa ser revista.
- e A suposta ideologização que impregna os livros didáticos utilizados nas escolas do sistema educacional brasileiro.

2. Qual é o foco narrativo do texto?

- a primeira pessoa do plural
- b primeira pessoa do singular
- c terceira pessoa do singular
- d terceira pessoa do plural
- e segunda pessoa do singular

3. O texto em evidência, predominantemente, é:

- a narrativo
- b descritivo
- c dissertativo
- d nostálgico

e jornalístico

4. Marque a opção **CORRETA**, de acordo com o texto:

- a A doutrinação, dominante nos livros didáticos utilizados nas escolas do Brasil, se contrapõe à visão binária do mundo.
- b As abordagens dos livros de História são imparciais.
- c As abordagens dos livros de Sociologia são imparciais.
- d A ideologização é fenômeno ausente nos livros de História.
- e O viés ideológico inexistente nas abordagens dos livros didáticos brasileiros.

5. Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o texto:

- a O artifício de usar a doutrinação ideológica nos livros didáticos de História e de Sociologia é premeditado e corretamente empregado para propiciar a polarização das forças políticas no Brasil.
- b A pesquisa desenvolvida pelo narrador não dirimiou, plenamente, sua dúvida inicial.
- c A visão plural é uma das marcas que caracteriza os livros de História e Sociologia.
- d A doutrinação ideológica está presente na maioria dos livros didáticos adotados pelas escolas do sistema educacional brasileiro.
- e O autor é um doutrinário ideológico das teses defendidas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

6. Marque a opção **CORRETA**, de acordo com o texto:

- a Apenas alguns dos livros pesquisados pelo narrador apresentaram as distorções por ele destacadas.
- b O narrador aprova o método utilizado pelos livros didáticos pesquisados.
- c A adoção dos livros explicitados no texto elevou o padrão qualitativo do aprendizado dos estudantes.
- d Há sectarismo e predileções políticas nos textos dos livros, que induzem a um aprendizado deturpado dos estudantes.
- e As teses do narrador se coadunam com o pensamento dos autores dos livros destacados.

7. Releia o trecho e, em seguida, responda ao que se pede: "Imaginei o presidente deitado em uma rede, enquanto o país aprovava a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), o fator previdenciário (1999) ou o Bolsa Escola (2001)." Que tipo de figura de linguagem é possível identificar nesse trecho?

- a ironia
- b paráfrase
- c metáfora
- d metonímia
- e catacrese

8. Os pares "doutrinação ideológica / visão binária" e "globalização neoliberal / resistência", do ponto de vista semântico, apresentam:

- a homografia
- b homofonia
- c paronímia
- d sinonímia
- e antonímia

9. Releia a passagem e responda: "Com o governo Lula, tudo muda, ainda que com alguns **senões**." Aponte um sinônimo (uma palavra ou expressão) para a palavra destacada:

- a erros crassos
- b leves equívocos
- c danos irreversíveis
- d erros incontornáveis
- e acertos

A passagem adiante servirá de base para as próximas **questões 10 e 11**:

"Curioso é o tratamento dado às ditaduras da América Latina. Para os casos da Argentina, Uruguai e Chile, um capítulo (**merecido**) mostrando os **horrores** do autoritarismo e seus heróis: extratos de *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano; as mães da Praça de Maio, na Argentina; o músico Víctor Jara, executado pelo regime de Pinochet. Tudo perfeito."

10. A palavra destacada entre parênteses, "merecido", indica o seguinte:

- a o narrador está ironizando, ao registrar o qualificativo
- b o narrador discorda frontalmente do conteúdo
- c o narrador concorda com o teor do capítulo
- d o adjetivo faz parte do capítulo
- e o adjetivo nada significa, propriamente

11. A segunda palavra sublinhada, **horrores**, apresenta, de acordo com as normas vigentes no sistema ortográfico da língua portuguesa:

- a ditongo
- b dígrafo
- c hiato
- d tritongo
- e quatro sílabas

12. Releia a passagem e responda: "Quando, **porém**, se trata de Cuba, a conversa é inteiramente diferente." A conjunção sublinhada estabelece uma relação de:

- a negação
- b finalidade
- c consequência
- d concessão

e adversidade

13. O título do texto é "É ético **fazer a cabeça** de nossos alunos?" Encontre, dentre os vocábulos abaixo, um sinônimo para a expressão sublinhada:

- a sondar
- b perquirir
- c manipular
- d censurar
- e dominar

A passagem a seguir servirá de base para as **questões 14 e 15**.

"E que, de **quebra**, o MST pressionava pela reforma **agrária**, "sem **sucesso**"."

14. De acordo com as normas vigentes no sistema ortográfico da língua portuguesa, as palavras sublinhadas "**quebra**" e "**sucesso**", respectivamente, apresentam:

- a encontro consonantal e dígrafo
- b hiato e dígrafo
- c dígrafo e encontro consonantal
- d encontro consonantal e hiato
- e dígrafo e hiato

15. De acordo com as regras de acentuação gráfica, a palavra sublinhada **agrária** é:

- a polissílabo
- b paroxítona terminada em ditongo crescente
- c oxítona terminada em A
- d oxítona terminada em IA
- e metafórica

ESPECÍFICA

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. Os contratos administrativos, típicos, percebem a presença das seguintes características, com exceção:

- a defesa do interesse público;
- b igualdade entre as partes;
- c aplicação dos princípios e normas do direito público;
- d mutabilidade
- e desigualdade entre as partes.

17. A licitação é a regra para a Administração, conforme art. 37, XXI da Constituição Federal de 1988, salvo os casos ressalvados em lei. Dentre as opções é exceção a regra.

- a Pregão;
- b Concorrência;
- c Inexigibilidade;
- d Concurso;
- e Convite.

18. Poder conferido ao Administrador, em regra, chefe do Poder Executivo, para a edição de normas complementares à lei, permitindo a sua fiel execução. Estamos falando do Poder:

- a hierárquico;
- b regulamentar;
- c disciplinar;
- d polícia;
- e discricionário.

19. A competência para legislar, privativamente, sobre a Desapropriação é:

- a municipal;
- b estadual;
- c união
- d cada ente federativo;
- e NRA (nenhuma resposta anterior).

DIREITO CONSTITUCIONAL

20. Em relação aos princípios, direitos e garantias fundamentais apresentados nos títulos I e II da Constituição Republicana de 1988 e a eficácia das normas constitucionais, é correto afirmar que:

- a o pluripartidarismo se apresenta como uma norma assecuratória à existência de partidos políticos, garantindo a livre criação, incorporação, fusão e extinção dos mesmos.
- b o repúdio ao racismo constitui expresso objetivo fundamental.
- c o dispositivo constitucional que estabelece que o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, será capaz de atender as necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim, é um exemplo de norma constitucional de eficácia contida ou restringível.
- d a independência nacional é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- e é um exemplo de norma constitucional de eficácia limitada ou relativa complementável o inciso XX do art. 5º da CRFB que dispõe que "ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado".

21. Observando as disposições sobre advocacia apresentadas na Constituição Republicana de 1988 e na lei 8906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB) assinale a alternativa INCORRETA:

- a A representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados na República Federativa do Brasil são promovidas exclusivamente pela Ordem dos Advogados do Brasil.

b As atividades de consultoria e assessoria jurídicas são atividades privativas de advogados, sendo nulos os atos praticados por pessoas não inscritas na OAB e que detenham, por exemplo, apenas o bacharelado em Direito.

c É direito do advogado se comunicar com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.

d O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, observados os limites estabelecidos por lei.

e O advogado possui plena capacidade postulatória perante os órgãos do Poder judiciário e nos juizados especiais, sendo-lhe considerada atividade privativa a impetração de *habeas data* e *habeas corpus* em qualquer instância ou tribunal.

22. Analise as afirmativas abaixo segundo as regras constitucionais estabelecidas no Brasil.

I. A Constituição da República federativa do Brasil pode ser classificada, quanto ao modo de elaboração, como promulgada.

II. Por sua própria natureza, os direitos fundamentais só podem ser encontrados e estabelecidos no texto constitucional de 1988.

III. A norma constitucional que estabelece a obrigatoriedade do voto não pode ser alterada por se tratar de cláusula pétrea.

IV. São inalistáveis e inelegíveis os analfabetos, os estrangeiros e os conscritos.

Assinale a alternativa que corresponda a uma análise correta das afirmativas apresentadas:

- a todas as afirmativas estão incorretas.
- b existe uma afirmativa correta.
- c existem duas afirmativas corretas.
- d existem apenas três afirmativas corretas.
- e todas as afirmativas estão corretas.

23. Sobre a organização dos poderes constitucionais e dos direitos políticos, é correto afirmar que:

a a Constituição da República Federativa do Brasil proíbe a edição de Medidas Provisórias por Governadores do Estado e Distrito Federal e por Prefeitos, ficando autorizado apenas o Presidente da República para expedi-las.

b o exercício do Poder Legislativo na esfera federal é feito exclusivamente pelo Congresso Nacional, que possui uma composição bicameral, com representantes do povo e dos Estados-Membros.

c apenas brasileiros natos podem se tornar Ministros de Estado e oficiais das forças armadas.

d como condição de elegibilidade, a idade mínima para concorrer a um cargo eletivo do Poder Executivo é de 18 (dezoito) anos.

e o Superior Tribunal de Justiça Desportiva integra o rol de órgãos pertencentes ao Poder Judiciário.

DIREITO CIVIL

24. João alugou um imóvel para sua residência e de sua família. O contrato vigorou durante quatro anos e nesse período, o locatário realizou várias benfeitorias no imóvel. Ocorre que em face de desacordo comercial com o proprietário do imóvel, o contrato encerrou-se e João devolveu o imóvel. No entanto, questiona junto ao proprietário vários "direitos" derivados de gastos com benfeitorias realizadas durante a vigência do contrato. Diante do contexto apresentado, que abrange em especial regras ligadas a bens, obrigações e Lei do Inquilinato, somente não podemos afirmar o seguinte:

- a** No que se refere a aplicação de papel de parede que deixou os quartos do casal e das crianças mais aconchegantes e bonitos, simplesmente autorizadas pelo Proprietário, este gasto não poderá ser indenizado.
- b** Quinze dias antes do término da locação, João custeou serviços de um encanador local, que trocou um dos chuveiros da casa, que pela antiguidade, quebrou e estava deixando a água do cano vazar, sem contenção, encharcando o banheiro e desperdiçando água. O serviço e o chuveiro custaram R\$ 200,00 (duzentos reais) e foram, pelas circunstâncias, realizados sem contato com o proprietário. Tendo em vista não haver autorização do proprietário, poderá este se recusar a indenizar João da despesa.
- c** Para ter mais conforto, prazer e beleza dentro de casa, João decidiu instalar uma belíssima cozinha nova, toda projetada de grife famosa da região. Um primor. Custou a bagatela de R\$ 10.000,00. Caso João decida deixar os armários instalados da cozinha não terá direito a cobrar ao proprietário que lhe pague pela benfeitoria.
- d** Caso seja o proprietário quem tenha interesse em ficar com os armários, e considerando que estes possam ser destacados das paredes sem prejuízo ao imóvel e levados por João para seu próximo lar, podemos afirmar que o Proprietário não tem direito de exigir que João que deixe os bens no imóvel, mesmo que se disponha a indenizar os mesmos.
- e** Quando João recebeu o imóvel verificou que um portão eletrônico lhe daria mais segurança e conforto, tendo, autorizadamente, trocado o portão existente por um portão de alumínio automatizado. Considerando ser essa uma benfeitoria útil, podemos afirmar que João tanto poderá levar consigo o portão (reinstalando o antigo ou equivalente no local) ou cobrar indenização por esta benfeitoria ao proprietário.

25. Eduardo, com dezessete anos de idade, pegou escondido o carro do pai para encontrar a namorada Mônica. Por sua falta de habilidade ao volante atropelado Lucas que ficou bastante ferido e deixou

de trabalhar por dois meses. À luz das regras da responsabilidade civil, o pai de Eduardo:

- a** se responsabilizará pela reparação civil dos danos causados a Lucas e poderá reaver do filho a totalidade do que houver pago.
- b** se responsabilizar pela indenização dos danos causados a Lucas, porém não poderá reaver do filho o que houver pago.
- c** não é será responsável pela indenização dos danos de Lucas, isto porque Eduardo não é absolutamente incapaz de exercer os atos da vida civil.
- d** poderá sim ser responsável pela reparação dos danos Lucas e terá direito regressivo contra o filho.
- e** será responsável apenas pela indenização de metade dos danos causados a Lucas.

26. No que se refere aos direitos e deveres que o titular do direito real de usufruto possui, é inverídico afirmar:

- a** Ele não poderá determinar mudança da destinação econômica do bem usufruído.
- b** Deverá realizar inventário dos bens que houver recebido, especificando as condições e o valor dos mesmos e custear tal procedimento.
- c** Se obriga a indenizar o bem pelas deteriorações advindas de seu uso regular e normal.
- d** Deverá arcar com as prestações e tributos devidos pela posse ou rendimento da coisa usufruída.
- e** Deverá realizar as despesas ordinárias e comuns necessárias a conservação do bem no estado em que os recebeu.

27. Para que se realizem mudanças na convenção e obras, no âmbito de um condomínio edilício, é necessário:

- a** que dois terços dos condôminos deliberem, autorizando as mudanças na convenção .
- b** exclusivamente da deliberação do síndico, em qualquer caso.
- c** decisão da administradora do condomínio, se forem obras úteis
- d** prévia autorização da assembleia, se as obras forem urgentes.
- e** deliberação da maioria dos condôminos, se as obras mudarem a destinação de unidade imobiliária.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

28. Leia e analise as assertivas abaixo, julgando-as quanto a sua correção ou não e depois faça o que se pede:

- I. A ação de despejo para uso próprio tem competência nos Juizados Especiais Cíveis;
- II. Em sede de competência dos juizados cíveis é cabível o processamento de ações de estado, desde que tenham cunho patrimonial e este não exceda o limite de 40 salários mínimos.
- III. Qualquer que seja a natureza da ação de reparação, processando-se nos Juizados

Especiais Cíveis o foro será apenas o do local do fato

- IV. O insolvente civil poderá cobrar créditos que por ventura faça *jus* através dos Juizados Especiais Cíveis, desde que respeite os limites material e financeiro daquele foro.

A opção que traz a informação mais correta é:

- a I e III são as únicas corretas
- b Somente estão erradas II e IV
- c I, II e III são as únicas corretas
- d II, III e IV são as únicas erradas
- e I e IV são as únicas corretas

29. O artigo 263, parte inicial, do CPC/73, preleciona o seguinte: "considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara". Tomando-se por base essa regra, e as normas concernentes à prevenção do juízo, é correto afirmar-se que:

- a a ação estará preventa logo que for distribuída para o juízo competente;
- b somente teremos a prevenção com a citação válida do réu;
- c haverá prevenção havendo a citação, mesmo que inválida.
- d a prevenção ocorrerá com a citação do réu, ainda que ordenada por juiz incompetente.
- e a distribuição da ação, em qualquer hipótese já torna prevento o juiz.

30. Sobre a litigância de má-fé, analise as seguintes assertivas:

- I. ocorre quando o autor da pretensão por equívoco distorcer a verdade dos fatos;
- II. pode ser aplicada apenas ao Autor e ao Réu, nunca aos terceiros no processo;
- III. é uma punição processual que depende apenas de provocação judicial;
- IV. pode ser aplicada para o caso de pessoas que apresentam reconvenção contra texto expresso da lei

A opção que traz a informação mais correta é:

- a estão erradas somente as opções I e III
- b está correta apenas a IV e as demais estão erradas
- c estão correta II e IV e as demais erradas
- d somente a III está errada
- e estão corretas I e IV

31. Katia propõe ação de indenização contra Lucas, em razão de acidente de veículo ocorrido na cidade de João Pessoa. Sabendo que Katia tem domicílio na cidade de Patos e Lucas tem domicílio na cidade de Campina Grande. Considerando-se as regras de

competência do artigo 100 do CPC/73, esta ação deverá ser proposta:

- a apenas na cidade de João Pessoa;
- b apenas na cidade de Campina Grande;
- c apenas na cidade de Patos
- d tanto na cidade de João Pessoa quanto na cidade de Campina Grande
- e tanto a cidade de João Pessoa quanto a cidade de Patos.

32. Sobre intervenção de terceiros, leia as assertivas e marque a opção mais correta:

- I. O CPC/73 admite as seguintes modalidades de intervenção de terceiros: oposição, nomeação à autoria, denunciação a lide, assistência e chamamento ao processo;
- II. Se um dos opostos reconhecer a procedência do pedido, o oponente prosseguirá no processo contra os demais opostos
- III. O devedor poderá chamar o fiador para compor o processo em que é cobrado por dívida onde o último seja garantidor pessoal
- IV. Se apenas um fiador for chamado para compor o processo na qualidade de réu devedor, poderá usar da denunciação a lide para chamar os demais fiadores e o devedor principal para comporem o polo ativo da ação

- a São corretas I e II, apenas.
- b São incorretas II, III e IV
- c É correta apenas o I
- d São incorretas I, III e IV e correta II
- e São todas incorretas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

33. Assinale a alternativa correta:

- a o art. 156 da CF/88 estabelece a competência para que o município institua IPTU, ITBI e ISS.
- b o art. 156 da CF/88 estabelece a competência para que o município institua IPTU, ITBI, ISS e IR.
- c o art. 156 da CF/88 estabelece a competência para que o município institua IPTU, ITBI, ISS e IOF.
- d o art. 156 da CF/88 estabelece a competência para que o município institua IPTU, ITBI, ISS e IGF.
- e o art. 156 da CF/88 estabelece a competência para que o município institua IPTU, ITBI, ISS e Taxas.

34. Sobre o ISS assinale a alternativa correta

- a o ISS incide nas exportações de serviços para o exterior, sem nenhuma exceção.
- b o ISS é um tributo de competência constitucional, em sua instituição, da União Federal.
- c o ISS tem tratamento legal na Lei Complementar Federal n. 116 de 31 de julho de 2003.
- d o ISS é um tributo de competência constitucional, em sua instituição, do Estado da Paraíba.

e o ISS tem tratamento legal na Lei Complementar Federal n. 101 de 04 de maio de 2000.

35. Assinale a alternativa correta:

- a a base de cálculo do ISS é o preço do serviço.
- b a base de cálculo do ISS é o valor de um bem móvel.
- c a base de cálculo do ISS é o valor de um bem imóvel.
- d a base de cálculo do ISS não é o valor do preço do serviço.
- e a base de cálculo do ISS é o valor total dos bens deixados em herança.

DIREITO PENAL

36. Sobre os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assinale a alternativa incorreta:

- a Na hipótese da prática do crime de peculato culposo, se o sujeito ativo da conduta proceder com a reparação do dano antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, fará jus o agente a prolação de sentença declaratória de extinção da punibilidade em seu favor.
- b O funcionário público quando deixa de praticar ato de ofício cedendo a pedido de outrem, pratica o crime de corrupção passiva privilegiada.
- c O dispositivo penal que trata do crime de concussão prevê a figura do excesso de exação, sendo esta praticada quando o funcionário público exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, não autorizado pela lei.
- d O funcionário que esteja no gozo de férias, fora de suas funções, pode figurar como sujeito ativo do crime corrupção passiva, desde que solicite ou receba, para si ou para outrem, vantagem indevida em razão de sua função.
- e Constitui circunstância agravante a ser observada na segunda fase de fixação da pena, o fato de ter o sujeito ativo (funcionário público) praticado crime contra a administração em geral, quando for ocupante de cargo em comissão de órgão da administração direta.

37. No pertinente a ilicitude (antijuridicidade), assinale a alternativa correta:

- a A embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, exclui a ilicitude da conduta praticada pelo agente, isentando o mesmo de pena.
- b Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual e iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

c A sentença penal que reconhece a legítima defesa, em regra, não faz coisa julgada no âmbito cível.

d Sendo verificada a existência de excludente de ilicitude pela análise do auto de prisão em flagrante, poderá o magistrado conceder liberdade provisória em favor do autuado, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de revogação.

e Demonstrada a existência de causa excludente de ilicitude, não é cabível a responsabilidade penal do agente pelo excesso doloso ou culposo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

38. Em relação à competência em processo penal, é correto afirmar que

- a A competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração penal ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir a formação de prova de outra infração penal.
- b A inobservância do instituto da prevenção na determinação da competência provoca o reconhecimento de nulidade absoluta.
- c Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.
- d Na hipótese em que a ação penal for de iniciativa pública, não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do ofendido.
- e na determinação da competência por conexão ou continência, no concurso entre a jurisdição especial e a comum, prevalecerá a comum.

39. Sobre ação penal, é incorreto afirmar que:

- a Na ação penal privada propriamente dita, na hipótese de morte do ofendido, o direito de prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- b Nos crimes de ação penal pública, o Ministério Público dispensará o inquérito policial, se com a representação que lhe for dirigida forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, nesse caso, oferecerá a denúncia no prazo de 15 (quinze) dias.
- c A denúncia será rejeitada quando não houver lastro probatório mínimo (justa causa).
- d Nos crimes de ação penal privada, a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estende, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

e A renúncia tácita e o perdão tácito admitirão todos os meios de prova.

40. Sobre o princípio de vedação de autoincriminação, passemos a analisar as seguintes assertivas:

- I. O direito ao silêncio se aplica a testemunha, ante a indagação de autoridade pública de cuja resposta possa advir imputação da prática de crime ao declarante.
- II. O indiciado em inquérito policial ou acusado em processo criminal pode ser compelido pela autoridade a fornecer padrões vocais para a realização de perícia sob pena de responder por crime de desobediência.
- III. O acusado em processo criminal tem o direito de permanecer em silêncio, sendo certo que o silêncio não importará em confissão, mas poderá ser valorado pelo juiz de forma desfavorável ao réu.
- IV. O STF já pacificou entendimento de que é lícito ao juiz aumentar a pena do condenado, utilizando como justificativa o fato do réu ter mentido em juízo, dada a reprovabilidade de sua conduta.

Assinale:

- a** Se apenas as afirmativas I e II estiverem correta.
- b** Se apenas as afirmativas II e III estiverem correta.
- c** Se apenas as afirmativas I e IV estiverem correta.
- d** Se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem correta.
- e** Se apenas a afirmativa I estiver correta.